

**HABEAS CORPUS Nº 487.909 - RO (2019/0000501-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANDREIA KOWALSKI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : SEBASTIAO DE CASTRO FILHO - RO003646  
ANDREIA KOWALSKI - RO005619  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : KENNDY VICTOR LEITE ROSA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **KENNEDY VICTOR LEITE ROSA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, sustenta o impetrante, em síntese, que: **a)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva; **b)** "a quantidade de entorpecente apreendida [...] não pode ser tida como expressiva (duas cartelas com 25 unidades de droga sintética – LSD) (e-STJ, fls. 24-25); **c)** "o paciente é primário, não ostenta antecedentes, não há indicativos concretos que integre organização criminosa ou se dedique a essas atividades, possui endereço certo, ocupação laboral lícita" (e-STJ, fl. 25).

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem, de ofício.

**É o relatório.**

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

*In casu*, a custódia cautelar do paciente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"Pelo que extrai dos documentos que acompanham o auto de prisão em flagrante, também estão presentes os fundamentos para o decreto da custódia cautelar, ou seja, demonstração de que a liberdade dos flagranteados representa perigo grave para a sociedade (*periculum libertatis*), o que impõe a necessidade do decreto de prisão preventiva para garantir a ordem pública.

A necessidade de preservação da ordem pública está evidenciada pela gravidade concreta dos crimes de tráfico de drogas e associação

para o tráfico. Não se pode duvidar da repercussão negativa de tais crimes no seio social, pois esses tipos de crimes fazem ecoar consequências nefastas para toda a sociedade, acrescentando ainda que o tráfico impõe aos usuários condição degradante, fomenta a prática de crimes como furtos, roubos, homicídios etc., que tanto incomodam a comunidade jaruense.

A prisão também se mostra conveniente para a instrução criminal pois há testemunha fora dos quadros da polícia a ser ouvida, devendo esta sentir-se segura para estar suas declarações sem qualquer mácula.

Pelas circunstâncias em que ocorreram os crimes, consoante a narrativa do condutor e testemunhas do flagrante, refletem a probabilidade dos apresentados reincidirem nas práticas criminosas, de modo que o acautelamento provisório no caso concreto se revela necessário para prevenir a reprodução de fatos novos capazes de abalar a tranquilidade social e evitar reflexos negativos na vida de muitos.

Assim, a congregação desses fatores revelam a necessidade da prisão preventiva dos flagranteados para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, já que outras medidas cautelares mais brandas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, a meu ver, não se mostram suficientes ao caso concreto no momento.

Isso posto, com fundamento nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de KENNEDY VICTOR LEITE ROSA e MATHEUS SOUZA TRAVEZANI." (e-STJ, fl. 53).

Como se vê, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente com base em fundamentos genéricos relacionados à gravidade abstrata dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico e baseou-se em elementos inerentes aos próprios tipos penais, deixando de observar o disposto no art. 312 do CPP. Não foram apontados dados concretos a justificar a segregação provisória.

Sobre o tema:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - No caso dos autos, o decreto que impôs a prisão preventiva ao paciente não apresenta devida fundamentação, uma vez que a simples invocação da gravidade genérica do delito não se revela suficiente para autorizar a segregação cautelar com fundamento na garantia da ordem pública (precedentes).

Habeas corpus não conhecido.

Ordem concedida de ofício para, confirmando a liminar deferida, revogar a prisão preventiva do paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada, ou da imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal."

(HC 448.738/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO. CONFIGURAÇÃO. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS DO ART. 319 DO ESTATUTO PROCESSUAL PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL EM PARTE DEMONSTRADA. RECLAMO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. As prisões cautelares materializam-se como exceção às regras constitucionais e, como tal, sua incidência em cada caso concreto deve vir fulcrada em elementos que demonstrem a sua efetiva necessidade no contexto fático-probatório apreciado, sendo inadmissível sem a existência de razão sólida e individualizada a motivá-la, especialmente com a edição e entrada em vigor da Lei n. 12.403/11, em que a prisão deve ser empregada como última medida para garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

2. Na hipótese, as instâncias ordinárias eximiram-se de demonstrar a presença dos requisitos autorizadores da preventiva, inculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal, configurando indevido constrangimento ilegal.

3. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando demonstrada possibilidade de substituição da prisão por cautelares diversas, proporcionais, adequadas e suficientes ao fim a que se propõem.

4. Recurso ordinário parcialmente provido, para revogar a segregação processual do recorrente, mediante a imposição das providências cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319, incisos I, IV e V, do Código de Processo Penal."

(RHC 94.718/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 30/05/2018)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem, de ofício**, para revogar a prisão preventiva imposta ao paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru/RO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator

